

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

Edição nº 1795

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

Concursos Públicos.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 105/2015

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º É declarado hóspede oficial do Estado, nos dias 1º e 02 de dezembro de 2015, o Dr. Fernando Augusto Chacha de Rezende, Juiz de Direito da comarca de Serranópolis/Goiás, que participará de evento organizado pelo grupo de trabalho criado com o objetivo de compatibilizar os direitos das pessoas privadas de liberdade com a proteção integral da criança e do adolescente, filhos de pais privados de liberdade no Estado do Rio Grande do Sul, oportunidade em que apresentará o projeto “Amparando Filhos – Transformando realidades com a Comunidade Solidária”.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem aérea, passagem terrestre, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral do Ministério Público.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2015

Altera a Ordem de Serviço nº 01/2015, que dispõe sobre horas extraordinárias no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o ressarcimen-

to das despesas de alimentação decorrentes de trabalho extraordinário,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1º Acrescenta o § 2º ao art. 4º, renumerando o atual parágrafo único como § 1º, na Ordem de Serviço nº 01/2015, com a seguinte redação:

“Art. 4º

....

§ 2º Quando o serviço extraordinário for prestado aos sábados, domingos ou feriados, excedendo a 4 (quatro) horas diárias, poderá ser efetuado o ressarcimento das despesas comprovadas com alimentação, até o limite do valor do Auxílio-Refeição.”

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 569/2015

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 18 de novembro de 2015, a servidora LUIZA STENZEL SANSEVERINO, ID n.º 3823660, do Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 4163/2015).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor PETERSON MARTINS CORRÊA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3451690, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Bom Jesus, uma vez por semana, a contar de 17 de novembro de 2015, até ulterior deliberação (Port. 4184/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1795

Súmula do Termo de Convênio
Processo pr.01075. 07090/2010-9

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Centro Universitário La Salle- UNILASALLE, CNPJ nº 92.741.990/0040-43; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2015; Ana Cristina Cusin Petrucci, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Vera Lúcia Ramirez, Pró-Reitora.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 2090-09.00/15-0
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 89/215

CONTRATADA: THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, nos elevadores instalados no prédio do Ministério Público Estadual de Caxias do Sul/RS; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.053,15; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Estadual nº 13.179/2009 e Federal nº 8.666/1993.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA
PROCESSO N.º 002520-09.00/13-2

CONTRATADA: DE BASE OBRAS E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Obra e Serviços de Engenharia – AJDG n.º 118/13, que tem como objeto a ampliação, reforma e manutenção do prédio sede desta Instituição na cidade de Santa Rosa/RS, **VALOR DO REAJUSTE:** R\$ 16.365,79, **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula sexta, item 6.8.1, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Licitação

Tomada de Preços n.º 08/2015 (Processo n.º 2502-09.00/15-0) **Tipo:** Menor Preço (Global). **Objeto:** Contratação de empresa especializada para atualização dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI's, com aprovação no Corpo de Bombeiros, em 12 (doze) sedes do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações constantes nos Anexos do Edital. **Preço orçado:** R\$ 176.771,70. **Data e horário de abertura:** 04/12/2015, às 10 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 68/2015 (Processo nº 2436-09.00/15-9). A Procuradoria-Geral de Justiça, por intermédio de seu Pregoeiro, **TORNA PÚBLICA** a suspensão da abertura do presente certame, em razão de solicitação da área técnica, considerando a necessidade de reavaliação do quantitativo de equipamentos, diante da iminente implantação de processo eletrônico na instituição. O prosseguimento desta licitação será oportunamente divulgado, na forma da Lei.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1795

**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ENGENHARIA CIVIL**

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL 315/2015

O Coordenador da Divisão de Arquitetura e Engenharia, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE** :

I – TORNAR PÚBLICO e HOMOLOGAR o resultado final do processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de ENGENHARIA CIVIL para atuarem junto à Divisão de Arquitetura e Engenharia.

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

Classificação	Nome do Candidato	Nº Inscrição	Nota Final	Desempate	Turno de estágio a que concorre
1	Augusto Weschenfelder Weber	11	9,0		Tarde
2	Marcelo Couto	8	8,5		Manhã
3	Débora Pons Fiorentin	9	8,4		Manhã e Tarde
4	Marcos Ramos Franzen	13	8,3		Manhã e Tarde
5	Lilian Madeira de Moura	10	7,2		Tarde
6	Diego Souza Pinto	6	6,9	01/10/1978	Manhã e Tarde
7	Thiago de Souza Massa Decio	3	6,9	22/03/1983	Manhã e Tarde
8	Vanessa Ries	14	6,2		Tarde
9	Rodrigo de Oliveira Pires	2	6,0		Tarde
10	Mateus Sebrao Lopes	5	5,7		Manhã e Tarde
11	Mateus Bastos da Silveira	7	5,5	15/01/1989	Tarde
12	Matheus Pereira Branco	12	5,5	28/04/1995	Manhã e Tarde
13	Juliano Farina da Silva	1	5,5	22/11/1995	Tarde
AUSENTE	Artur dos Santos Vendruscolo	4	*		Manhã e Tarde
AUSENTE	Carolina Marques dos Santos	15	*		Manhã e Tarde

Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

HUGO GINO PASQUINI,
Coordenador da Divisão de Arquitetura e Engenharia,
Responsável pelo Processo Seletivo



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1795

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**,
DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 363/2015

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAIS
HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

TORNO PÚBLICO que a Comissão do Concurso para o cargo de **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**, a que se refere o Edital nº 044/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 04 de março de 2015, **RESOLVE**:

- I. **INFORMAR** que não foram interpostos recursos contra o Resultado e Classificação Provisórios do Concurso;
- II. **TORNAR DEFINITIVO** o Resultado e Classificação Provisórios do Concurso divulgados no Anexo II do Edital nº 344/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público no dia 29 de outubro de 2015.
- III. **HOMOLOGAR** o Resultado Final do Concurso Público para o provimento do cargo de **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**, nos termos dos Capítulos XIII e XIV do Edital nº 044/2015.
- IV. **TORNAR PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 3 (três) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de novembro de 2015.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.
Presidente da Comissão do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 59/2015

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00915.00036/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí com a finalidade de averiguar a Manutenção de cargos temporários já declarados inconstitucionais. Investigado: Município De Imbé. Local do Fato: Tramandaí.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00113/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar a prática do delito de poluição sonora decorrente do uso nocivo do imóvel localizado à Rua General Vitorino, nº302, Centro, nesta Cidade, praticado por Restaurante Capri, Alegrete/RS Investigado: Restaurante Capri. Local do Fato: Alegrete.

IC 00928.00039/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte do CTG Herança Farroupilha, situado em Linha Henrique D'ávila, Vera Cruz-RS. Investigado: Ctg Herança Farroupilha.



Local do Fato: Vera Cruz.

IC 00928.00040/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte do Centro Cultural e Recreativo Cipriano, situado em Linha Faxinal de Dentro, Vale do Sol-RS. Investigado: Centro Cultural Recreativo Cipriano. Local do Fato: Vale do Sol.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00763.00065/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Erechim por Karina Albuquerque Denicol - 2º Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Erechim com a finalidade de Investigar a prática de irregularidades sanitárias por Maria Fátima Nunes Kellm, de Erechim. . Investigado: Maria Fátima Nunes Kellm. Local do Fato: Erechim.

IC 00820.00214/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de OBJETO: Averiguar denúncia da existência de cláusulas contratuais abusivas no contrato de prestação de serviços à pessoa idosa residente nas Instituições de Longa Permanência para idosos - ILPI's Investigado: Instituições De Longa Permanência. Local do Fato: Passo Fundo.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00113/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar a prática do delito de poluição sonora decorrente do uso nocivo do imóvel localizado à Rua General Vitorino, nº302, Centro, nesta Cidade, praticado por Restaurante Capri, Alegrete/RS Investigado: Restaurante Capri. Local do Fato: Alegrete.

IC 00718.00089/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Everton Luís Resmini Meneses - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé com a finalidade de Objeto: Extração de recurso mineral (areia grossa), sem autorização do órgão ambiental competente.

Investigado: Luíz Felipe Marques Figueira.

Local: Bagé/RS.

IC 00718.00090/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Everton Luís Resmini Meneses - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada

de De Bagé com a finalidade de Objeto: extração do recurso mineral (areia grossa), sem autorização do órgão ambiental competente.

Investigado(s): Magno Cristiano Rodrigues Molina, Giliard Souza Silveira, Igor Rodrigo Gonçalves da Silva.

Local do Fato: Bagé.

IC 00745.00012/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa INVESTIGADOS - RIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CNPJ 14.533.093/0001-24, localizada na Rua Dr.Hoofer nº 515, Centro, Barão/RS e RONCALI LUIZ RIVA, RG1043539442, CPF 452512740-68, residente na Rua Dr.Hoofer nº 515, Centro, Barão;

OBJETO: "apurar irregularidades em parcelamento do solo sem o devido licenciamento, com supressão de vegetação nativa e movimentação de solo em Área de Preservação Permanente, Barão,RS" Investigados: Riva Empreendimentos Imobiliários e Roncali Luiz Riva. Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00802.00047/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Lajeado por Sérgio Da Fonseca Diefenbach - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Lajeado com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Gilberto Gaspar Constantin.

IC 00906.00005/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de acompanhar a Criação do Plano Municipal de saneamento básico. Investigado: Município de Sobradinho - A Apurar. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00915.00034/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí, cujo objeto de investigação consiste em verificar o funcionamento estabelecimento potencialmente poluidor sem as devidas autorizações ambientais, no endereço RS 786, km 6, n 14, Pólo Industrial, Imbé Investigado: Claudia De Souza Medeiros. Local do Fato: Imbé.

IC 00915.00035/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí, cujo objeto de investigação consiste em verificar o funcionamento estabelecimento potencialmente poluidor sem as devidas autorizações ambientais, no endereço RS 786, km 6, n 13, Pólo Industrial, Imbé Investigado: Nilton Luiz Brandalesi. Local do Fato: Imbé.

IC 00929.00038/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavo Miotto - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de Objeto: atividade de bovinocultura leiteira e suinocultura, localizada em APP, sem licença do órgão ambiental competente Investigado: Adair Luciano Migon

Local: Linha Barão do Triunfo, Capela Santa Lucia, Fagundes Varela/RS.

IC 00949.00058/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa por Marcelo Araujo Simões - 3º Promotor De



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1795

Justiça Da Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa com a finalidade de Averiguar a regularidade do empreendimento denominado Metalúrgica Escorpion, de responsabilidade de Marco Antônio ferreira Jornada Investigado: Marco Antonio Ferreira Jornada. Local do Fato: Capão Da Canoa.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00748.00161/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de apurar irregularidades no descarte de feto em contrariedade ao estabelecido na resolução do CFM nº 1.773/2005 e RDC nº 306/-2004 da ANVISA.

PARTES: Hospital Pompéia (INVESTIGADO) e Adriana Rochele Monaretto Menegasso (REPRESENTANTE).

Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00815.00019/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Juliana Maria Giongo - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar condições de higiene e eventuais irregularidades na prestação do serviço de saúde no Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Investigado: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo.

Local: NH Investigado: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo Fsnh. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00815.00020/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Juliana Maria Giongo - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar condições de higiene e eventuais irregularidades junto à Farmácia Hospitalar do Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Investigado: Farmácia Hospitalar - Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Local: NH Investigado: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo Fsnh. Local do Fato: Novo Hamburgo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Novembro de 2015.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.